

AS FORÇAS ARMADAS E AS CLASSES EMPRESARIAIS

Palestra feita pelo Tenente-Coronel OCTAVIO PEREIRA DA COSTA às classes empresariais do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 3/12/64, na oportunidade da visita da ECEME.

“O povo rio-grandense é fanático da liberdade, mas hostil à desordem, à descrença, aos desmandos dos nihilistas, que, com o nome de liberdade, encapotam a licença, e, com o pretexto da reconstituição radical da sociedade, mascaram o amor da destruição. Já muitas vezes, no decurso de dois séculos de existência social afirmastes a vossa independência; e muitas vezes para defendê-la, derramastes o vosso sangue, arriscando os vossos lares, a vossa propriedade e a vossa vida. Mas sempre, nessas crises de febre, o sentimento, que alimentava a vossa coragem e a vossa cólera, foi o da conservação do nome e da dignidade do país e o da salvaguarda dos vossos credos políticos, e nunca o da anulação da idéia da pátria, e do aniquilamento da harmonia social sacrificada ao império das cobiças ou dos despeitos individuais”.

Foram estas, senhores, as palavras de que nos valem para lançar uma ponte para o diálogo com os eminentes representantes das classes produtoras do Rio Grande do Sul, na oportunidade da visita da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército a esta heróica unidade da federação.

As palavras de Olavo Bilac — o grande mestre do civismo — à mocidade gaúcha, em 1916, quando, profundamente impressionado com a decadência do sentimento patriótico, com o nosso despreparo militar e com a indiferença das autoridades, liderou a extraordinária campanha cívica, que resultou na adoção do serviço militar obrigatório, que êle considerava como “o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo”.

Em verdade, jamais alguém conseguiu superar o poeta no identificar e ser fiel à alma rio-grandense, tanto assim que essa admirável síntese do vosso fanatismo pela liberdade e do vosso horror à desordem projetou-se através dos tempos e quase meio século depois vem ajustar-se precisamente aos nossos dias e ser ainda o retrato mais exato do indômito povo gaúcho.

Este é o povo que estamos visitando, que saudamos e homenageamos agora na pessoa de seus homens de empresa e a que dirigimos a nossa mensagem de compreensão, de esperança e de fé.

Oficiais do ofício da segurança nacional, aqui estamos, os componentes da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, empreendendo

a viagem de coroamento dos trabalhos do 3.º ano escolar — que tem a honra de irmanar brasileiros, bolivianos e paraguaios — com a finalidade principal de realizar estudos sócio-econômicos da região Sul, com vistas à segurança interna, dentro da missão geral da ECEME, de formar oficiais para as funções de Estado-Maior de Grandes Unidades das Forças Terrestres em campanha; de dar os conhecimentos essenciais para a formação de comandantes de Grandes Unidades das Forças Terrestres, e de realizar ensaios doutrinários para o Estado-Maior do Exército.

Nessa viagem de estudos, além dos debates, no âmbito dos órgãos especificamente responsáveis pela segurança nacional, foram programados contatos com algumas das mais variadas e representativas parcelas do povo gaúcho, tais como círculos operários, organizações femininas, centros de pesquisas educacionais, obras sociais, associações culturais, órgãos do governo e, nesta oportunidade, o encontro entre as Forças Armadas — por meio do Exército e da ECEME — e as classes empresariais do Rio Grande do Sul, tão bem representadas aqui pelas ilustres personalidades que nos honram com a sua atenção.

Este contato está profundamente marcado de contrastes e de identidades, que precisam de ser bem entendidos para a melhor compreensão de nossa mensagem.

O contraste entre homens de empresa e soldados. Uns dirigindo as suas energias e preocupações primordialmente para as tarefas do desenvolvimento, outros para as da segurança nacional, convergindo tôdas na busca do bem-estar da nação brasileira. Nós, operando no círculo restrito das atividades estatais e vós, outros, no campo ilimitado da livre empresa, base dos empreendimentos frutíferos e duradouros. Nós, soldados, buscando proporcionar a ordem, para que vós outros, homens de empresa, empreendendo, arriscando, criando, produzindo, multiplicando, possais nos dar o progresso.

Acreditamos, porém, que os motivos dêste encontro estão muito mais em nossas identidades do que em nossos contrastes.

A identidade de nossas responsabilidades perante a pátria e o povo brasileiro. Da nossa consciência das injustiças sociais, e dos nossos propósitos e ações no sentido de superá-las, num clima de harmonia, sem ódios, sem preconceitos e sem temores, dentro das grandes linhas da doutrina social cristã.

A identidade de esforços no levantamento dos nossos níveis culturais, formando elites e líderes capazes de contribuir para o debate e equacionamento de nossos problemas fundamentais.

De nossa dedicação à luta em prol da liberdade e da democracia, nessa luta empenhando nossa mente, nosso coração, nossa alma, nosso sangue, certos de que a democracia é uma fé, um sistema de vida e um objetivo universal.

Da identidade nas afrontas, nos aleivos e nas injustiças que sofremos.

Perdoai, se abordando cada um dêsses pontos, fale um pouco de nós mesmos e ouse tentar fixar a nossa e a vossa posição.

Um ministro da maior confiança do governo passado — hoje exilado num país sul-americano — comentando os acontecimentos por ele vividos tão intensamente, nos idos de março e na queda de abril, assim sintetizou a participação da Escola que vos visita, na revolução de 31 de março:

“Da Escola de Estado-Maior veio, não apenas o chefe da revolução, como também o atual Presidente da República. Da Escola de Estado-Maior surgiu todo o comando revolucionário. Da Escola de Estado-Maior surgiram os planos de ação. Da Escola de Estado-Maior deve ter surgido toda a filosofia do movimento revolucionário”.

Queremos dizer-vos, nesta oportunidade, que não nos envaidece e ilude a pretensa homenagem, pois temos a noção exata do nosso papel, do Exército e das Fôrças Armadas, antes, durante e depois dos acontecimentos de março-abril, não apenas através da palavra credenciada de seus chefes, mas, também, do que julgamos ser o pensar e o sentir da grande maioria dos integrantes de seus quadros permanentes.

Permiti recordar-vos que êsse papel situou-se e situa-se ainda no contexto da definição e da destinação constitucional das Fôrças Armadas, constantes dos artigos 176 e 177 da Constituição Federal.

Definem-se como “instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”.

Destinam-se a defender a pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Há naquela definição uma clara dependência da autoridade, da hierarquia e da disciplina ao primado da lei, também presente em sua destinação.

A lei não é, porém, um fim em si mesma, mas um instrumento destinado a preservar o patrimônio territorial, material, moral e espiritual da nação, assim como a harmonia das relações entre todos os membros da comunidade.

A lei é mutável e variável, mas êsse patrimônio é constante, permanente, intocável e sagrado. Não nos pertence, porque não pertence à nossa geração, como não pertenceu às que nos precederam e, na superação de quaisquer antagonismos, haverá de chegar, intato às que nos sucederem.

A Constituição — a lei das leis — é, portanto, um conjunto de preceitos que ordenam o regime e o sistema de vida da nação, que são, afinal os reais valores a preservar.

Está na consciência de todos os homens que amam a verdade a ameaça que pairava sobre êsses valores, sob o pretexto do imperativo das reformas estruturais.

Valendo-se do ideal reformista, velha bandeira democrática que há mais de trinta anos os revolucionários da Aliança Liberal levaram dêstes pagos e desfraldaram vitoriosamente pelo Brasil afora, comunistas e oportunistas conseguiram mistificar parcelas bastante representativas do povo brasileiro, principalmente entre os moços generosos e os ansiosos trabalhadores do campo e da cidade.

Bem sabeis que o processo da subversão se tornava extremamente explosivo nos primeiros meses do ano e que o calculado solapamento da disciplina em tôdas as hierarquias civis e militares, agindo simultaneamente com a hiperinflação e com o desmoronamento da estrutura econômica estava prestes a levar a nação, aturdida e indignada, ao caos e, conseqüentemente, à vitória do comunismo.

Foi quando as Fôrças Armadas, extremamente sensíveis à vontade soberana do povo — não o povo fragmentado em facções, mas o povo uno e indivisível, na expressão de sua maioria e não de uma minoria ativista — fizeram-se, uma vez mais, intérpretes de suas autênticas aspirações.

A êsse propósito, dizia há pouco o Dr. Bento Ribeiro Dantas, ao empossar-se na presidência do Centro Industrial do Rio de Janeiro:

“Perdura-se aquêlo clima de inquietação em que vivíamos até março e certamente as classes produtoras já estariam destruídas e o proletariado, em regime de trabalho escravo, e a maioria dos industriais já teria mudado de profissão, ou não teria mais profissão alguma. Esta solidão não se realizaria, porque não existiriam associações de classe. Felizmente os senhores continuam industriais e êste Centro está de pé mais ativo e atuante, tudo se devendo à transformação profunda por que passou o país, transformação que não se deve a um homem, a um clã, a um grupo, ou uma classe, mas à consciência nacional que despertou e comandou a reação na hora exata”.

Vitoriosa a revolução e preservados o regime e o sistema de vida da nação, foi possível constituir-se um govêrno honrado, forte e patriota, integrado por eminentes homens públicos não comprometidos com a subversão ou a corrupção, capacitado a ensejar a discussão — serena e desapassionada — das principais teses reformistas, antes tumultuada pela paixão, pela radicalização das posições, pelo ódio e pelo preconceito.

Assim é que foi possível discutir e solucionar problemas explosivos, como o da maioria absoluta — visando a assegurar a fidelidade à vontade do povo — o voto do analfabeto e dos sargentos, encaminhando-se promissôramente a decisiva questão da reforma agrária.

Assinale-se e remarque-se, no entanto, que êsses problemas e tantos outros já resolvidos ou por se resolver não são da competência do poder militar, mas do poder político, cabendo-nos, tão-somente assegurar-lhe o clima de tranqüilidade indispensável à discussão e solução democráticas.

A proporção que os encargos policiais-militares, determinados pelo Ato Institucional visando à depuração do organismo nacional, à morali-

zação dos costumes administrativos e à defesa da revolução vão chegando ao fim, voltam os militares, orgulhosa e jubilosamente, ao anonimato e humildade de suas obrigações quotidianas. É que não nos arrogamos em árbitros de tôdas questões, não somos fomentadores de pressões, não disputamos lugar sob a luz dos refletores e estamos profundamente empenhados e desejosos de contribuir sempre mais para o fortalecimento do poder civil.

É esta, portanto, a filosofia da ECEME, do Exército e das Forças Armadas, que aquêlê ministro não soube compreender — a filosofia do estrito cumprimento do seu dever constitucional.

Ninguém, aliás, situou melhor êsse dever do que o atual Presidente da República, antes e depois de 31 de março.

Antes, como Chefe do Estado-Maior do Exército, protestava, desasombradamente, contra a participação do Exército no maifadado comício do dia 13 e profligava o alciamento e o subórno de militares subalternos em favor das teses da subversão e da violência, contra os seus superiores hierárquicos, contra o Congresso dos representantes do povo e contra a Constituição. E dizia: "Os meios militares nacionais permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a êste ou aquêlê poder. Se lhes fôsse permitida a faculdade de solidariedade com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e outros. Não sendo milícias, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência".

Escutai-o, agora, na mesma linha de coerência, já como Presidente, falando a capitães: "Agora, parece que me é permitido de vos falar e mesmo de vos perguntar qual é a vossa posição. Será a de solidariedade ao governo? Não. Porque o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade ao Governo ou a quem quer que seja. Que tem o direito de apresentar também desaprovação. O governo espera vosso apoio? Não. O Exército Nacional não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a êste ou aquêlê elemento, porque também terá o direito de desapoiar. Acho que a vossa posição será aquela que ides encontrar no dever militar. Daqui a pouco, estareis na tropa, com outros oficiais, com os soldados vossos comandados. E, então, desempenhando as vossas funções de comandantes, tereis, sem dúvida realizado aquilo que o governo preconiza e vos lembra, mas que o Brasil espera: a garantia da segurança nacional. O governo procura cumprir suas obrigações, e não desonrar o vosso dever militar".

E note-se que essa tendência para os desvios da destinação militar não é fenômeno exclusivo de países totalitários ou de democracias de países subdesenvolvidos. Na mesma linha do pensamento profissional de Castelo Branco, já em 1951, o General Douglas Mac Arthur advertia

a nação americana: "Vejo que existe um nôvo e até então desconhecido conceito de que os membros de nossas Fôrças Armadas devem fidelidade principalmente aos que exercem temporariamente a autoridade do ramo executivo do govêrno, e não ao país e sua Constituição, que juraram defender".

E, ainda, o Presidente, no Dia do Soldado:

"Não pode o dever militar amesquinhar-se na defesa de um govêrno inoperante ou prepotente, entregue a injunções sem moral política ou à corrupção, dividido pela subversão ou desnacionalização. O govêrno passado ofendeu gravemente o dever militar das Fôrças Armadas e estas, junto com o povo e o Congresso Nacional fizeram a revolução para o bem do Brasil."

Sintetizando-vos a definição do nosso papel no quadro da vida nacional, desejo dizer-vos, ainda, que, como é óbvio, no pós-revolução, a defesa da revolução e dos seus ideais de fortalecimento da democracia situa-se exatamente no quadro de nosso dever constitucional e não hesito em enfatizar-vos que haveremos de assegurar, unidos e coesos, contra quaisquer ameaças, o clima de tranqüilidade de que tanto necessitamos para reconstruir e construir.

No entanto, se a filosofia das Fôrças Armadas é a do cumprimento de seu dever constitucional, não decorre daí a inexistência de um pensamento revolucionário brasileiro e que o govêrno revolucionário não tenha uma dinâmica de direção política perfeitamente definida. Não só o atual Presidente da República, mas também a maioria da cúpula governamental, representa a colheita do excelente trabalho de sementeira que há pouco mais de uma década vem realizando a Escola Superior de Guerra. No longo trato do Presidente com os problemas daquele instituto, participou da discussão das mais difíceis questões brasileiras, entre homens de diversas convicções, sem que a Escola tivesse jamais tentado impor ou defender uma solução dogmática. Ali se enseja o livre debate das idéias, inculcando-se tão-somente o hábito de trabalho de equipe, a mentalidade de planejamento e ensaiando-se uma metodologia para a segurança nacional. Há de ter sentido Sua Excelência no curso dêsses trabalhos e estudos, e, mais ainda, ao longo de uma vida inteira dedicada à arte de conduzir homens, em contato direto com tôdas as categorias sociais de todos os nossos Brasis, que a mais legítima aspiração do povo brasileiro na presente conjuntura é a reforma das estruturas sócio-econômicas, sem pressões e sem paixões, com Deus e a liberdade.

Daí porque as tônicas do govêrno revolucionário são o renascimento do princípio de autoridade em todos os setores da vida nacional, a moralização dos costumes políticos e administrativos e o restabelecimento do primado da lei, tudo visando aos grandes objetivos de recuperação econômica, de fortalecimento da democracia, de retomada do desenvolvimento e realização de reformas sociais, num clima de paz e harmonia.

Os inconformados com a queda de abril e mesmo alguns analistas sinceros e desapaixonados têm criticado a revolução como sendo a revolução do contra e perguntam, enfaticamente, para que, afinal, veio a revolução, a favor de que e de quem.

Dentre as críticas mais justas que se possam fazer ao atual governo, talvez uma das mais procedentes seja a de que o governo se informa, mas não informa e esclarece convenientemente. E que, extremamente austero e seguro de sua missão, visceralmente avesso às práticas totalitárias de controle da opinião pública, com a memória fresca do famigerado DIP, repugna-lhe tudo o que pareça propaganda organizada, mesmo disfarçada pelo eufemismo das relações públicas.

Está certo de que o bem e a verdade se impõem por si próprios e por isso tem a coragem de cumprir o seu dever, correndo o risco da impopularidade.

Interpretando a ação e a palavra, aqui e ali expressa por este ou aquele membro da equipe governamental, podemos responder-lhes que a revolução é a favor do Brasil, exclusivamente a favor dos legítimos interesses nacionais.

Podemos dizer-lhes e dizer-vos, como já dissemos alhures, que o pensamento e a ação do governo revolucionário são a favor da dignidade e da decência, da superioridade moral e da elevação de propósitos, há muito perdidos no entrechoque e radicalização das paixões partidárias e no lento trabalho comunista de desmoralização e desesperança.

Que o governo revolucionário, com a ajuda dos quadros políticos e o diálogo sereno e patriótico das classes empresariais e trabalhadoras, assim como da cultura e da mocidade, resolverá o problema agrário, com a solução adequada a cada região do país, promovendo a valorização do trabalhador do campo e o aumento da produção; dando terra aos sem terra, sem o recurso de assalto à propriedade privada; mas, sobretudo, ajudando aos que produzem, com a técnica, com a mecanização e com a assistência social.

Que, no campo econômico, vencerá, em breve, o decisivo combate à inflação, que nos ameaçava engolir, recuperando a moeda aviltada e degradada. E promoverá a organização da ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho e a justiça social. E deterá a crescente estatização, incentivando o empreendimento particular bem controlado e a serviço da comunidade.

Que no campo político, zelará pela federação e promoverá as reformas que fortaleçam a democracia e tornem a representação popular mais fiel, infensa à injunções econômicas, à fraude e à demagogia, a fim de que realmente "todo poder emane do povo e em seu nome seja exercido".

Que no campo social, levará a bom termo o problema habitacional já alvissareiramente equacionado. E combaterá a miséria, a doença, a fome, e o desemprego, impedindo a exploração eleitoral desses flagelos, mas pela higiene, pela saúde e pela criação de riquezas, aumentando o

mercado de trabalho. E promoverá a sindicalismo autêntico, profissional e apartidário. E encaminhará a previdência social para os seus reais e nobres objetivos.

Mas deverá estar permanentemente voltado para o campo da educação e da cultura, no sentido de que a inteligência brasileira seja fundamentalmente democrática. Para isso, eliminará o proselitismo comunista levado à adolescência e enfrentará o analfabetismo, preparando cidadãos democratas e não robôs comunistas, como na farsa do método milagroso.

E deverá estar sempre lembrado da velha advertência de Gilberto Amato: "Entre as reformas a serem empreendidas quando o Brasil começar a organizar-se e a criar a sua técnica, em concorrência com a formação científica, o pensamento puro, a filosofia que o exprime, as letras que o valorizam; as artes que o ilustram, nenhuma sobrelevará àquela de formar um corpo de sábios, de pensadores, de humanistas, de homens.

A civilização não pode resolver-se na máquina, prolongamento ou multiplicação do braço. A civilização precisará sempre de uma luz, que não será captada pela máquina e de um espírito que a máquina nunca poderá produzir".

Desejamos abordar, agora, o tema da identidade de nossas responsabilidades perante a pátria e o povo brasileiro.

Os pregoeiros da subversão fartaram-se de dizer ao povo que as classes empresariais e as classes militares, ao lado da igreja, são as forças mais retrogradadas e reacionárias da sociedade e que a "revolução dos caranguejos" teria sido feita para sustar a evolução social e para defender os privilégios das classes ricas e poderosas.

Nada mais injusto e ofensivo. É fora de dúvida que a igreja católica que, desde Leão XIII, se preocupava com a questão social, fixou com João XXIII os rumos para a evolução de sua doutrina social e para a paz dos povos, e que Paulo VI rompe os novos caminhos da igreja, aprofundando a consciência de si mesma, renovando-se e lançando-se efetivamente ao grande diálogo.

Por outro lado, no Brasil, e focalizando os outros dois termos da acusação — Forças Armadas e classes empresariais — vemos que, vitoriosa a revolução que teria sido feita para proteger as classes patronais; na ânsia de conter a hiperinflação e de sanear as finanças, fez-se incidir sobre as empresas o peso de uma série de medidas que, isoladamente acertadas ou mesmo perfeitas, constituíram, por sua simultaneidade e convergência, um terrível gravame que vem sendo suportado com ingentes sacrifícios.

A atualização das contribuições da Previdência Social, a correção monetária e dos débitos fiscais, as alterações do imposto de renda, as obrigações compulsórias, as majorações do imposto do selo, do imposto de consumo, a criação do salário-educação, a extensão do salário-família e as restrições creditícias são algumas dessas medidas que, se por um lado,

podem ser discutidas quanto à sua simultaneidade de aplicação, por outro, medem a vossa capacidade de compreensão e de colaboração na hora presente e provam que a revolução não foi feita contra os pobres, para defender os interesses dos ricos.

O que não pode um instante sequer passar por vossas mentes é o pensamento de que o governo revolucionário teria tomado o rumo da subversão ou as vestes dos demagogos.

O que por outro lado todos teremos de compreender é que a revolução não foi feita para defender privilégios, nem para beneficiar esta ou aquela classe. Mas para servir aos objetivos supremos de toda a nação.

E que, por isso mesmo, cada categoria social deve ter capacidade de absorção de sua quota de sacrifício — na proporção de suas possibilidades e garantido o lucro razoável, que é a mola do empreendimento — e não transferir todos os sacrifícios para os mais desfavorecidos e indefesos.

Com este pensamento e com esta convicção, precisamos de sopitar vaidades e interesses feridos, ver em cada restrição ou em cada sacrifício um problema de prioridade ou de alcance maior, confiando em que a nação que se salvou a si mesma da implantação do comunismo, também terá força de caráter suficiente para suportar sacrifícios e restrições e alcançar, afinal, a sua recuperação econômica.

Nossas responsabilidades para com a pátria e o povo brasileiro são no sentido de sermos constantemente fiéis aos legítimos interesses e aspirações do povo e intransigentes na consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais permanentes de nossa pátria, configurados principalmente em termos de soberania, integridade territorial, independência econômica, liberdade, unidade nacional, regime democrático representativo, bem-estar social e ativa projeção internacional num mundo de compreensão e de paz.

As vossas responsabilidades referem-se, sobretudo, ao imperativo de produzir e exportar mais e melhor. Para isso, é da vossa defesa e de vosso dever fazer chegar ao poder político as vossas ponderações sobre aquelas medidas, que, no afã de acelerar o saneamento financeiro, possam resultar num prejuízo maior, na diminuição da capacidade de produção, e exportação e, mesmo, no agravamento do problema social.

É ainda do nosso dever comum, perante a pátria e o povo, dedicarmos nossa maior atenção ao homem brasileiro, que, embora estiolado, inculto e empobrecido, é a principal riqueza deste país. Estender-lhe a mão, curá-lo, nutri-lo, vesti-lo, alfabetizá-lo, capacitá-lo profissionalmente, encorajá-lo, educá-lo, valorizá-lo enfim é uma das responsabilidades da caserna e da empresa, perante o povo e a pátria.

A identidade de esforços no levantamento dos nossos níveis culturais.

A maior revolução militar de todos os tempos, iniciada nos instantes finais da 2.^a Guerra Mundial, com a explosão atômica de Hiroshima,

acarretou, em conseqüência, a segunda revolução industrial, que apenas estamos vislumbrando, com as máquinas eletrônicas e os processos automáticos, que transformarão a produção industrial e poderão modificar fundamentalmente a estrutura das sociedades.

Essa revolução militar levou as grandes potências à convicção de que, na eventualidade de uma nova guerra, as primeiras horas poderão ter importância tão decisiva, que não haverá tempo para a transformação da força industrial em força militar. Daí a criação, em tempo de paz, como um imperativo de defesa, nos Estados Unidos da América, de um poderoso complexo industrial-militar, capacitado à ação imediata, mas tão violentamente atacado por pacifistas sinceros como Bertrand Russel, por sociólogos e historiadores, como Wright Mills em sua "Elite do Poder" e, mais ainda, como Fred Cook no seu impressionante "O Estado Militarista", cujas idéias vêm sendo habilmente exploradas pelas esquerdas de todo o mundo.

Relembrai Wright Mills, na "Elite do Poder":

"O caminho para a compreensão do poder da elite americana não está apenas no reconhecimento da escala histórica dos acontecimentos nem na aceitação do testemunho pessoal dos homens que aparentemente tomam decisões. Atrás destes e atrás dos acontecimentos da história, ligando uns aos outros, estão as principais instituições da sociedade moderna. Essas hierarquias do Estado, empresas e Exército, constituem os meios do poder, e como tal são hoje de uma importância sem antecedentes na história humana — e em sua cúpula, estão os postos de comando da sociedade moderna, que nos proporcionam a chave sociológica da compreensão do papel das altas rodas na América. Dentro da sociedade americana, a base do poderio nacional está hoje nos domínios econômico, político e militar. As demais instituições são marginais para a história moderna e, ocasionalmente, subordinadas àquelas três".

E a terrível e surpreendente conclusão de Fred Cook: "A América foi mudada, sem que o fato fôsse reconhecido publicamente, de uma democracia isolacionista e amante da paz para um Estado Militarista, cuja verdadeira intenção, confessada em muitas ocasiões e em toda a espécie de loucura, não é a preservação da paz, da lei e da ordem no mundo, mas sim a extensão do nosso próprio sistema capitalista ao mundo inteiro, à custa do sistema comunista. Tornamo-nos imperialistas num sentido ideológico. Abraçamos de um ponto de vista capitalista, o conceito marxista-leninista da batalha inevitável, até a morte, entre sistemas incompatíveis".

Mas a grande realidade é que, enquanto tantos talentos pacifistas e isolacionistas tentavam minar dentro da própria América, para gáudio dos comunistas, a indispensável estrutura da Segurança Nacional, estigmatizando-a com a pecha de Estado Militarista, o comunismo iniciava, ao fim da 2.^a Guerra Mundial a sua grande fase de expansão. Fortalecido pela vitória ao lado das nações democráticas contra o nazi-fascismo,

pelo domínio da China Continental e pelos progressos no campo da energia nuclear, retomava a estratégia de Lenine, fazendo incidir a direção do esforço principal da guerra fria sobre a Ásia, a África e a América Latina.

O espantoso aperfeiçoamento das armas nucleares, gerando o equilíbrio do terror, pelo qual as grandes potências, temendo a destruição total da humanidade, evitam a guerra, beneficiou a estratégia comunista da guerra fria, que incorporou também as técnicas e táticas da guerra revolucionária de Mão-Tse-Tung. Daí a sua generalização a todas as partes do mundo, especialmente às subdesenvolvidas. Dêsse misto de guerra e paz procura valer-se o comunismo, explorando os descontentamentos, as fraquezas, as ambições e a miséria, e beneficiar-se da liberdade de que desfrutaram nos regimes democráticos para assumir o poder, sem mobilizar um soldado sequer.

É assim a guerra fria um produto da revolução militar e industrial do nosso tempo.

No Brasil, escolheu judiciosamente o seu ponto de aplicação. Numa civilização, como a brasileira, que, segundo Tristão de Atayde, se caracteriza pela primazia do espiritual, do emotivo, do cordial, do contemplativo, do antiutilitário e do desperdiçado, o campo de ação mais proveitoso para a sua expansão teria de ser o da educação e da cultura.

O dínamo propulsor dessa ofensiva foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde, com a ajuda governamental e a colaboração indireta de intelectuais inatacáveis e sinceramente interessados nos estudos brasileiros, pôde uma minoria comunista, ativa e brilhante, estabelecer sólida base operacional, que, em certo momento, lhe permitiu até empalmar o Ministério da Educação e ainda hoje exerce enorme influência sobre a opinião pública, principalmente na imprensa, nas universidades, e nas câmaras legislativas. E quanto mais estudamos a doutrina marxista-leninista, e quanto mais meditamos sobre a democracia e a liberdade, tanto menos entendemos o paradoxo que representa o verdadeiro fascínio que essa doutrina parece exercer — talvez pelo gosto do excêntrico e do exótico, talvez por uma espécie de esnobismo intelectual, talvez pela inversão dos conceitos tradicionais do bom e do belo, talvez ainda pela sedução do risco e do perigo — sobre os homens de cultura, conhecidas que são as limitações e restrições impostas pelo totalitarismo comunista no campo da cultura.

Entre nós êsse fascínio chegou ao ponto de fazer com que algumas das mais altas expressões de nossa inteligência se deixassem atrelar no carro do comando dos trabalhadores intelectuais, à grande composição do comando geral dos trabalhadores.

Haveria de ser também no campo da cultura, e terá de ser mais intensamente no campo da cultura que se enrijeceriam e se fortificarão as resistências da democracia para deter a avalanche e vencê-la.

Também no âmbito da universidade, da imprensa e das câmaras legislativas despertou a consciência democrática, travando-se o duelo da inteligência, cujas vozes esclareceram o povo e por êle foram ouvidas, fazendo-se ouvir, afinal, nas ruas, na esmagadora maioria de homens e mulheres.

É mister destacar, ainda, que soldados e homens de empresa, foram buscar no campo da cultura e da inteligência as armas para a defesa da liberdade e da democracia.

Como o ISEB para os comunistas, a Escola Superior de Guerra foi o dínamo do pensamento democrático. Nela se reuniram, ano após ano, personalidades civis e militares, que estudaram e debateram livremente os grandes problemas brasileiros, habituaram-se aos trabalhos de equipe, convenceram-se das vantagens do planejamento e formaram uma consciência de segurança nacional. A consciência de segurança nacional que conseguiram plasmar seria de tal forma e em tal medida que não correremos o risco de comprometer pela incúria, por mal compreendê-la ou subestimá-la, o patrimônio das futuras gerações. E, por outro lado, nos deixasse atentos aos excessos no sobre-excitá-la impedindo a psicose de segurança nacional, que levou tantas nações ao militarismo e à guerra. A justa medida de segurança nacional de uma verdadeira democracia.

Eram professores, juristas, diplomatas, engenheiros, médicos, agrônomos, economistas, bacharéis, industriais, homens de empresa, altos funcionários e chefes militares, que continuavam vinculados à instituição, por intermédio da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, difundindo por todo o Brasil os conceitos ali formulados.

No campo militar, sua ação foi ainda mais objetiva. As idéias provenientes da ESG, a compreensão da revolução militar que se operava, a conceituação da guerra revolucionária, o imperativo de ampliar cada vez mais o horizonte cultural dos quadros permanentes, a reformulação das anacrônicas hipóteses de guerra, os novos conceitos estratégicos e o impacto de tudo sobre a doutrina militar passavam a empolgar as escolas de estado-maior das forças singulares, daí se irradiando, com maiores ou menores reflexos, para as escolas de formação, especialização e aperfeiçoamento, para os estabelecimentos, oficinas e quartéis.

No âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército essa influência se fez sentir em mais objetividade no estudo dos temas táticos, ajustando-os melhor à realidade, em maiores preocupações com a segurança interna e, sobretudo, em aumento da dosagem dos assuntos de cultura geral nos currículos escolares.

Rem sabemos o quanto tendes feito no mundo empresarial no que se refere à cultura. As vossas organizações culturais, as vossas associações, as vossas publicações têm dado um tratamento especial ao estudo dos problemas brasileiros e particularmente à questão social. Isso sem falar na contribuição à educação, nos setores do ensino primário, médio e profissional.

A vossa preocupação pelas questões fundamentais da nacionalidade vem superando de muito o círculo estreito dos interesses e ambições pessoais e de grupos. Agora mesmo na Guanabara, nos chegaram os ecos do notável trabalho realizado pela ADESG, em Pôrto Alegre, com a ativa participação de tantos representantes vossos, sob a dinâmica orientação de meu eminente colega na Escola Superior de Guerra, o Dr. Armindo Beux.

Podeis vos orgulhar de estar contradizendo o aleive lançado por Wright Mills sobre empresários americanos, quando afirma que "a leitura dos livros não é uma das características dos diretores americanos, exceto os livros sobre administração e história de detetive. Entre eles estão os que não gostam de ler um relatório ou uma carta com mais de uma página, sendo generalizado esse desgosto pelas palavras. Os discursos longos lhes parecem suspeitos, exceto quando os oradores são eles mesmos, e naturalmente não têm tempo para isso. Pertencem à idade dos resumos, das condensações, das cartas de dois parágrafos".

Se a caserna e a empresa muito têm feito no campo da cultura, em seu proveito próprio e no benefício da nação, forçoso é reconhecer-se que muito mais terão a fazer.

Para nós, soldados, não se trata, apenas, de promover e estimular empreendimentos culturais do tipo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, de real participação no quadro de nossa cultura científica. Trata-se fundamentalmente de restabelecer maior contato com a mocidade estudantil.

É que, nos últimos anos, como decorrência de nossa incrível explosão demográfica e da inexistência de uma suficiente rede de centros de preparação de oficiais da reserva, temos limitado a parcelas inexpressivas e nosso diálogo com a mocidade universitária. E os muitos dispensados de servir alimentam sentimentos de desconfiança ou hostilidade contra as Forças Armadas por não conhecerem a sua destinação e o seu sacerdócio democrático. E deixamos o caminho livre e abandonamos a nossa mocidade à demagogia inconsequente, à pregação e ao ativismo dos líderes comunistas. Além disso, teremos de estimular sempre e cada vez mais o recrutamento para a formação de nossos quadros permanentes entre todas as categorias sociais, pois Forças Armadas como as nossas, em que os Chefes procedem das camadas humildes da população ou da classe média, em que a maioria dos militares é filho de civis, e em que existe total igualdade de direitos, e de oportunidades segundo o mérito de cada um, não podem ser acusadas de casta, nem de serem militaristas.

Teremos, ainda, de juntos, empresa e caserna, estimularmos de todos os modos o advento de uma mentalidade tecnológica e científica, que empolgue a mocidade e sem a qual, em nosso século, nenhum povo alcança a maioridade e pode marchar para a consecução dos seus reais objetivos.

Mas nesse trato com a mocidade, que são os nossos próprios filhos, tão sensíveis às grandes causas, tão generosos e tão cheios de idealismo,

devemos nos guiar, sob pena de perdê-los definitivamente, por aquela sublime advertência de Manuel Bandeira:

“Vossos filhos não são vossos filhos.

São os filhos e filhas da saudade que a vida sente de si mesma.

Vêm por meio de vós, mas não nos pertencem

Podeis dar-lhes o vosso amor, não o vosso pensamento.

Pois eles têm o seu próprio pensar.

Podeis dar agasalho aos seus corpos, não porém às suas almas.

Porque suas almas se vão acolher num amanhã que não podeis
[visitar nem mesmo em sonhos.]

Podeis desejar ser como eles, mas não tentar fazê-los parecidos
[convosco.]

Porque a vida não retrocede nem se detém no dia de ontem.”

A identidade de nossa dedicação à luta em prol da liberdade e da democracia está na medida em que vos dispuserdes, como um imperativo de sobrevivência coletiva, a formular e a cumprir um voto de desambição, de combate e de renúncia aos interesses e privilégios pessoais, de grupo ou de classe, em proveito do bem comum e em que, nós outros, soldados, nos dispusermos a morrer por elas.

A identidade das afrontas, dos aleives e das injustiças será verdadeira na medida em que possais compreender e negar, mais pela ação do que pela palavra, afrontas como esta de Fred Cook: “Estamos tentando, em troca do nosso auxílio econômico, induzir reformas agrárias e econômicas; mas ainda falta ver quanto poderemos realizar. Os proprietários de gigantescas fazendas não se separam de boa vontade dos seus acres; os milionários não querem pensar em dividir os seus milhões ou privilégios. Contudo, nas vastas áreas da América Latina essa mudança, é imperativa e dar-se-á pacificamente com a nossa ajuda, ou, então, violentamente, sem ela”.

Ou, ainda, esta outra, de pensador brasileiro: “Cabe-nos, com amor — pois só o amor contrói — despertar os ricos que ao menos em nosso continente, não só detêm oitenta por cento das terras, mas quase sempre controlam os parlamentos e têm o grau de idealismo e de fé no futuro medido por seus depósitos nos bancos da Europa e dos Estados Unidos. É preciso que eles entendam, enquanto é tempo, que se não agirem por idealismo e convicção religiosa, ao menos devem agir por inteligência para evitar atitude suicida”.

E, por outro lado, será verdadeira também na medida em que, servindo, anonimamente, à segurança nacional e à defesa da revolução, estejamos garantindo sempre mais e melhor os poderes constitucionais, a lei e a ordem; fortalecendo o poder civil e acatando a soberania da vontade popular, para, orgulhosos de nossa formação e vocação democráticas, repelirmos o labéu infamante do militarismo.

Ao fim da análise dos nossos contrastes e confrontos, queremos dizer-vos com tôda a nossa convicção e tôda a nossa confiança no vosso patriotismo, que, nos dias de hoje, a defesa da revolução democrática está muito mais nas vossas mãos do que nas nossas. A espada intimida, ameaça, protege, resguarda e, se preciso fôr, repele a agressão e destrói o agressor. Mas especificamente não constrói. No tempo de reconstruir e construir, valem mais o agricultor que ara a terra, o pastor que guarda o gado e o operário que dirige a máquina. De vós outros, homens de empresa, dependem agricultores, pastôres e operários. Formai com êles a comunhão do amor e do trabalho e procurai absorver em vossos ombros a vossa etapa de sacrifícios, que dos sacrifícios de todos e de cada um depende a recuperação econômica do Brasil.

Numa análise que fêz dos militares disse Gaetano Mosca que se lhe dermos gênio e oportunidade histórica, teremos um Napoleão; se lhe dermos oportunidade e nada mais, teremos um Mussolini; se lhe dermos determinado pôsto numa hierarquia social, teremos um soldado profissional; e se lhe dermos um grande ideal teremos um Garibaldi.

Quanto a nós, outros, que servimos ao Exército e ao Brasil na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, acreditamos interpretar o pensamento da imensa maioria de nossos companheiros de terra, mar e ar, quando vos afirmamos que, individualmente, nada mais somos e nada mais desejamos ser do que simples soldados. Mas que, coletivamente, desejamos desfraldar o grande ideal de Garibaldi, num apêlo à união e à concórdia de todos os brasileiros, em tôrno do verdadeiro patriotismo e de trabalho construtivo.



FOI TRANSFERIDO? Mantenha-nos informado de seu nôvo enderêço, para evitar atrasos no recebimento de sua Revista.